

## **Respostas da Secretaria de Igualdade Racial da Bahia**

### **A morte de Mãe Bernadete alterou de alguma forma as preocupações com a igualdade racial?**

As comunidades quilombolas sempre tiveram centralidade na agenda da política de promoção da igualdade racial. Se observarmos bem, já na Constituição de 1988, o movimento negro e o movimento quilombola batalharam para assegurar o artigo 68, que reconhece as comunidades remanescentes de quilombo e os territórios por elas ocupados. Se considerarmos todo o processo de institucionalização das políticas nacionais e estaduais de igualdade racial, seja com a criação da Fundação Palmares, que assumiu a atribuição no plano nacional, seja no plano estadual, várias de nossas legislações, como o Estatuto de Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa da Bahia, incluem as comunidades quilombolas.

Além disso, o Governo do Estado trabalha de forma transversal para garantir os direitos territoriais e o acesso a serviços básicos, como educação, saúde, cultura, saneamento básico, segurança pública e assistência social para as comunidades quilombolas, considerando o passivo acumulado nestes 136 anos após a abolição formal da escravidão. Essas ações visam assegurar que as comunidades quilombolas tenham condições dignas de vida e possam existir de forma digna nos seus territórios.

### **Quais foram as ações da secretaria após a morte da liderança quilombola?**

O Governo do Estado atuou para garantir uma investigação séria, rigorosa e célere, com resultados para a sociedade. Tanto os executores quanto o mandante já estão presos. Além disso, houve a retomada das investigações da Polícia Federal relacionadas ao caso de Binho do Quilombo, filho de Mãe Bernadete, onde também um dos executores já foi preso. Considero essa dimensão de apuração do crime fundamental.

A outra dimensão envolve o aperfeiçoamento das políticas de proteção aos defensores de direitos humanos. O Ministério dos Direitos Humanos tem trabalhado nesse aprimoramento, uma vez que se trata de um programa federal executado na Bahia em parceria com a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos. Noutro âmbito, compomos uma força-tarefa com o INCRA e as secretarias estaduais de Desenvolvimento Rural (SDR) e da Justiça e Direitos Humanos (SJDH), visando à conclusão do processo de regularização fundiária, o que representa outro passo importante.

Além disso, há a continuidade de programas, projetos e políticas públicas vinculadas à Secretaria de Desenvolvimento Rural, à Secretaria de Cultura e à própria Sepromi, com foco no fortalecimento comunitário, na inclusão socioproductiva, na preservação dos saberes ancestrais da comunidade quilombola de Pitanga dos Palmares, a exemplo do apoio à realização do Festival de Cultura e Arte Quilombola, que acontece próximos dias 16 a 18 de agosto, e no acompanhamento e mediação de conflitos em outras comunidades quilombolas.

### **O que mais ameaça essas comunidades na Bahia?**

A principal ameaça às comunidades quilombolas na Bahia é a disputa pela terra. Os seis anos de retrocesso no plano federal impactaram significativamente essas comunidades, gerando insegurança quanto à presença e permanência nos seus territórios. Durante esse período, nenhuma comunidade teve seu direito ao território reconhecido, tivemos um tempo tenebroso de retrocesso em todas as áreas das políticas públicas. Era um governo assumidamente inimigo das comunidades quilombolas.

Duas grandes questões-chave na formação da sociedade brasileira ainda são determinantes e ameaçam as comunidades quilombolas na Bahia: a persistência do racismo, que impede o reconhecimento da cidadania plena dessas comunidades, e a dificuldade em promover uma justa divisão de terras no país. Essa é a base da maioria dos conflitos, agravada mais recentemente pela chegada das facções nacionais do crime organizado no estado. Essas facções, migrando do Sudeste para as regiões Norte e Nordeste, trazem consigo um modus operandi que intensifica a crueldade e o terrorismo nos territórios e tem resultado em eventos trágicos nas comunidades rurais e periferias urbanas do estado.